**ANEXO II - Modelo de declaração**

**Alínea 2 do artigo 9º do Regulamento de Hasta Pública**

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ([[1]](#endnote-1))... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ([[2]](#endnote-2)) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ([[3]](#endnote-3)):

 a)...

 b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

1. Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer a meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
2. Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ([[4]](#endnote-4));
3. Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ([[5]](#endnote-5));
4. Tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos, contribuições e taxas ao Município de Guimarães;

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia.

6 —O declarante concorrente, obriga-se nos termos do disposto no artigo 93º do Decreto-Lei 280/2007, na sua redação atual, a apresentar os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas do nº4 desta declaração;

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada.

... (local),... (data),... [assinatura ([[6]](#endnote-6))].

1. Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas. [↑](#endnote-ref-1)
2. No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada». [↑](#endnote-ref-2)
3. Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, [↑](#endnote-ref-3)
4. Declarar consoante a situação [↑](#endnote-ref-4)
5. Declarar consoante a situação [↑](#endnote-ref-5)
6. [↑](#endnote-ref-6)